

A classe operária tem dois sexos

Trabalho, dominação e resistência

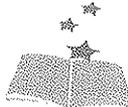
Primeira edição, 1991

Tradução: Marco Aurélio Garcia ("Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990): o gênero das representações") e Noemia Avantes ("Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo", "Masculino e feminino na prática e nos discursos sindicais no Brasil" e "Modelo japonês e práticas brasileiras")

Esta edição obedece às normas do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Nota do editor: mantivemos, nesta edição, o padrão de referências bibliográficas da 1ª edição da obra.

Todos os direitos reservados à **Editora Fundação Perseu Abramo**
Rua Francisco Cruz, 224 -- 04117-091 -- São Paulo -- SP -- Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 -- Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br ou www.cfpa.com.br



EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

Trabalhadoras e trabalhadores: o dia a dia das representações*

Apresentação

Os estudos sobre classe operária e movimento operário têm sido exaustivamente resenhados nos últimos anos, apontando-se mudanças e permanências nos eixos de análise, nos temas e abordagens. Não se trata aqui de fazer uma nova resenha, apenas refletir sobre temas, problemas e dificuldades na construção de problemáticas.

Este texto tem dois objetivos: em primeiro lugar, fazer uma resenha de algumas questões colocadas pelos estudos sobre movimento operário no Brasil e, em segundo lugar, discutir essas questões no contexto recente e restrito de trabalhadores(as) da Grande São Paulo nos anos 1980.

A identificação de temas clássicos e temas emergentes nos estudos sobre a classe operária e movimento operário no Brasil atravessa as várias sínteses dos caminhos percorridos pela classe operária no imaginário acadêmico¹. Os temas clássicos abrangeram a industrialização e a formação da classe operária, a questão sindical e as configurações próprias do sindicalismo brasileiro, a relação com o Estado, com os partidos políticos e o trabalhismo. Os temas emergentes, num primeiro momento, refizeram a história perdida dos trabalhadores e trabalhado-

* Apresentado inicialmente no Seminário Internacional "Padrões tecnológicos e políticas de gestão – comparações internacionais", USP-Unicamp, maio-agosto de 1989. Publicado nos *Anais do Seminário*, Codac-USP, 1990.

ras na Primeira República: as lutas e greves, as condições de vida e a presença anarquista. Trata-se não só de uma ruptura temática, mas de mudanças na problematização de classe operária e movimento operário. Os estudos fragmentados sobre condições de vida e trabalho, a casa e a fábrica, as lutas e greves, práticas culturais e divisão sexual do trabalho, estratégias de gestão e disciplinamento concorrem para a problematização da experiência trabalhadora, sua formação através de várias dimensões da vida social a partir da qual os grupos dispersos desenvolvem uma experiência².

Desse primeiro tempo da história operária emergiram trabalhadoras e trabalhadores que não haviam sido achados pelo Estado nem pelo sindicalismo oficial, reforçando a distinção entre movimento operário e movimento sindical na medida em que a ação operária não se reduz à política sindical, é também recusa e revolta, conflitos abertos e negociados, consciência de pertencer a um meio social e cultural, movimento social³. Se as lutas e vidas operárias eram fragmentadas, a greve de 1917 terá sido em São Paulo o momento de liberação de pulsões reprimidas, de conflitos cotidianos que marcou talvez o final da fase de constituição do proletariado, tempo de desenraizamento, de privação e de rebelião⁴.

O mesmo esforço de revisão e recuperação das práticas operárias mais além das ações institucionais será necessário para desfazer a representação dominante do movimento operário pós-1930 como tendo sido criado pelo Estado e enquadrado homogeneamente pelo sindicalismo corporativo. Nesse segundo tempo do movimento operário, foram também os estudos de caso, a fenomenologia das formas de gestão e dos modos de vida dos trabalhadores que problematizaram as relações de dominação e resistência, os espaços da ação sindical e seus limites dados pelas práticas coletivas dos grupos de trabalhadoras.

Os *enfoques clássicos*, no entanto, apontavam para uma questão fundamental: o lugar do movimento sindical na sociedade brasileira. A ideia de uma “cidadania regulada” adquire tanto mais força se percebermos as formas de seu exercício, através da ação sindical aberta, das negociações, e os limites, no confronto cotidiano de recusas e lutas, algumas vezes perdidas, outras vitoriosas⁵.

Os estudos das práticas operárias confrontadas com as estratégias de gestão analisam os projetos de militarização do trabalho no Estado Novo e os de racionalização que acompanharam a política industrial dos anos 1950. Mas, efetivamente, a *problematização do processo de trabalho como cristalização de relações sociais* é uma questão colocada particularmente a partir das pesquisas que se propõem a estudar

os trabalhadores no período da ditadura e da repressão pós-1964. De fato parece ser a emergência do novo movimento operário a partir de 1978 que possibilitou a crítica das análises sociológicas que explicaram a vigência do sindicalismo corporativo pelo atraso político, por sua vez fundado nas origens sociais dos trabalhadores. As novas lutas operárias reforçaram as hipóteses e as pesquisas que indicavam claramente as formas da resistência no interior das fábricas e atualizaram a problemática de uma experiência que se constitui especialmente no ABC paulista, mas também na Grande São Paulo através da vivência da fábrica, das lutas cotidianas, das lutas de bairro. Assim, a experiência como elemento explicativo faz a crítica das análises que privilegiaram as determinações estruturais da origem social, ou o economicismo que aventava a possível constituição de uma elite operária, elite porque melhor paga e, portanto, privilegiada. Nisso é fundamental a recuperação das dimensões da experiência, particularmente a cultura política que é trabalhada no cotidiano operário. Essa cultura política no sentido amplo de conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas⁶ supõe uma construção complexa onde novamente as várias dimensões da experiência se articulam: os modos de vida, as práticas de trabalho, as matrizes discursivas a partir das quais os trabalhadores pensam sua vida⁷.

Se as greves são efetivamente psicodramas em que se liberam as pulsões reprimidas,⁸ situações de conflito nas quais aparece na cena social a figura dos(as) trabalhadores(as), muito mais difícil é estudar como os trabalhadores vivem os momentos opacos do cotidiano. A sociologia do trabalho e a história do movimento operário examinam problemáticas solidamente constituídas: a sociologia do trabalho se detém sobre o processo de trabalho e a gestão, sobre a organização do trabalho como estratégia; a historiografia e a sociologia do movimento operário tematizam as lutas, as condições de vida, os modos de vida dos trabalhadores, as práticas sindicais. Entre essas sólidas fronteiras permanecem espaços fluidos em que se colocam as interrogações sobre a vivência do trabalho fabril e da condição operária.

A renovação nos estudos de sociologia do trabalho e na historiografia brasileira nos últimos dez anos, o processo de “acumulação primitiva”, desencadeado através de pesquisas e teses proporcionou um acervo de conhecimentos importantes. Mas o caráter recente e fragmentado da produção, as dificuldades na coleta das fontes e as dificuldades teóricas e metodológicas da aventura sociológica impõem limites. Dois deles parecem particularmente claros quando se pensa a produção re-

cente: em primeiro lugar, a dificuldade em articular o desenvolvimento dos estudos sobre processos de trabalho e estratégias de gestão com as práticas e representações operárias; em segundo lugar, analisar os movimentos como configurações de experiências, mais do que respostas mecânicas a condições de vida e trabalho.

Na verdade, permanecem duas vertentes de análise da classe operária e do movimento operário pós-1978. A primeira problematiza o confronto a partir de suas raízes econômicas, o movimento institucionalizado e o desenvolvimento da “*consciência de classe*”⁹. A segunda problematiza a autoconstrução da classe, as dimensões da *experiência*, a *heterogeneidade da vivência trabalhadora*, a *divisão sexual do trabalho* e a *condição operária feminina*, as *trajetórias individuais e coletivas*, as *relações de trabalho*, as práticas de recusa, tanto quanto as práticas coletivas e a dinâmica institucional do movimento sindical.

A vertente de estudos que realizou esta proposta¹⁰ se constituiu em referência básica para o conhecimento das práticas dos(as) trabalhadores(as) da Grande São Paulo na década de 1970. É a partir daí que retomo algumas questões, cujo fio condutor é a compreensão das vivências do trabalho e seu lugar na experiência operária, as formas da submissão e revolta atravessadas sempre pelas relações de gênero e pela divisão sexual do trabalho¹¹.

A vivência do trabalho

O universo fabril não é homogêneo. Por um lado, as vivências do trabalho implicam a realização de tarefas distintas que remetem a qualificações diferentes e a relações de trabalho também diferenciadas. Nos estudos sobre atitudes e práticas operárias no Brasil uma das primeiras questões colocadas foi a dos efeitos de uma ausência de tradição artesanal e também de tradição fabril sobre as atitudes operárias, constituindo de um lado um grupo não identificado com a condição operária (os trabalhadores não qualificados), e de outro um grupo satisfeito com a situação de trabalhador qualificado. Outros estudos mostraram, no entanto, que tanto num quanto no outro grupo os trabalhadores questionaram as formas de sua inserção no processo de trabalho.¹² Esse questionamento é basicamente distinto para homens e mulheres, uma vez que para os homens existe sempre a possibilidade abstrata da qualificação, enquanto para as mulheres esta é uma *possibilidade excepcional*.

A primeira pergunta que orientou essa reflexão foi a das condições de possibilidade para um projeto de qualificação profissional.

No universo masculino, uma primeira observação diz respeito à relação *qualificação-trajetória pessoal*, questão frequentemente apontada nos estudos sobre mulheres trabalhadoras, quando se relaciona trajetória profissional e maternidade, mas pouco frequente nos estudos sobre a qualificação e trajetória masculinas. A partir da análise de trajetórias é possível formular a hipótese de que a “ética do provedor” é também um elemento de inflexão nas trajetórias profissionais masculinas através da necessidade de aumentar os rendimentos fazendo horas extras, ou de evitar mudanças que possam desestabilizar a renda familiar ou simplesmente pelo fato de roubarem as poucas horas de convívio familiar.

Alguns depoimentos de ferramenteiros são significativos: “eu pretendia fazer outra coisa. Mas você tem medo de arriscar. Você tem família...”. A inflexão na trajetória profissional, por outro lado, está frequentemente ligada a um projeto familiar, ou simplesmente a um apoio familiar de ordem financeira que permita e estimule o acesso ao Senai ou às escolas técnicas particulares. Para os migrantes que chegam mais jovens, as chances são maiores do que para aqueles que chegam mais velhos ou já com dependentes. Para estes, a sobrevivência imediata limita a possibilidade de formular projetos. Por outro lado, do ponto de vista estatístico, a origem regional parece ter efeitos sobre a possibilidade de alcançar uma qualificação¹³.

Nos depoimentos dos trabalhadores *não qualificados*, a instabilidade profissional se confunde com tentativas de voltar ao lugar de origem vividas como ruptura com o mundo urbano e fabril: “Voltei para o Piauí para ficar 25 dias. Mas aí quando chegou lá, a gente, o tempo novo, só festa, lá vai a gente de novo, pega a namorar, arruma noiva lá, esqueci São Paulo. Aí casei” (ajudante de preparador de máquina).

Aos 50 anos, sem perspectivas de melhorar na carreira, com dificuldades para sobreviver, a não identificação deste trabalhador com seu emprego se fixa na vergonha que tem de dizer o salário e na vontade de voltar para seu mundo de origem. O sofrimento é vivido menos através do conteúdo de sua tarefa ou de sua posição funcional e mais no sentimento de ilegitimidade devido ao baixo salário para um homem da sua idade.

As trajetórias das operárias são mais simples. Qualquer que seja sua origem regional e a situação de migrante ou não, ou a época de chegada em São Paulo, a qualificação profissional só se coloca como excepcional. Do ponto de vista da trajetória profissional, a diferença está também no fato de que frequentemente as operárias foram empregadas domésticas antes de iniciarem sua carreira de eternas ajudantes. Se a relação qualificação-continuidade da trajetória profissional já foi analisada em outras pesquisas,

trata-se aqui de compreender como a não qualificação das mulheres é normalizada e como a *qualificação remete à problemática das mulheres excepcionais*. A única mulher inspetora de qualidade numa empresa foi exemplo frequentemente citado nos depoimentos de homens e mulheres. Todos(as) consideravam que se tratava de uma mulher excepcional. “Eu nesses anos todos só vi uma mulher aqui dentro do nosso ramo subir. *Ela fez curso, trabalhou. Então ela é uma mulher de verdade*” (ferramenteiro).

Nesse caso, também a “mulher excepcional” se vê como tal, como uma espécie de super-homem eficiente, um espécime da humanidade particularmente bem-sucedido, sólido e inteligente¹⁴. Anita, a inspetora de qualidade, explica porque não há outras mulheres na sua função: “São muito paradas. Outras casadas, têm filhos, não têm condições... não têm iniciativa para nada...outras fazem hora extra até tarde... elas não se interessam”. Em suma, a desqualificação profissional das trabalhadoras remete às relações de gênero, as rupturas são individuais e configuram situações excepcionais – Anita não tinha filhos e teve a sorte de ser estimulada a estudar por um chefe.

Mas se a *qualificação depende da excepcionalidade*, nem por isso a imagem dominante das mulheres como trabalhadoras é negativa. Ao contrário, elas são vistas como mais aplicadas, mais sérias, mais rápidas. Elas próprias consideram que trabalham melhor e mais rápido. Mas existe a queixa frequente de que as “mulheres são nervosas e reclamam muito e são mais exigentes. Qualquer coisinha mulher tá dando ferro e o homem deixa passar, a mulher não...desculpa que vocês são mulher, mas a mulher é mais exigente... não todas mas a maioria sendo chefe elas são mais exigentes”.

Um segundo aspecto da vivência do trabalho remete à *relação com a tarefa*, com a função ocupada, com a situação profissional. Novamente distingo o universo masculino e feminino, os operários qualificados dos não qualificados.

Entre os ferramenteiros ou os mecânicos de manutenção se manifesta um interesse pela tarefa que realizam, uma reflexão sobre o saber necessário para realizá-la: os estudos teóricos do Senai ou das escolas técnicas e a prática que todos valorizam. Este saber prático é individualizado – “cada um tem um jeito” – e é ao mesmo tempo um aprendizado da relação de trabalho propriamente dita, diferente em cada empresa. Frequentemente, a boa realização do trabalho está associada à familiaridade com o sistema da empresa e requer tempo: “Pra o homem compreender o método de uma fábrica, vai no mínimo dois anos” (ferramenteiro).

Esse conhecimento certamente significa um prazer e uma valoriza-

ção. A valorização, associada a uma ética coletiva de fazer bem a sua tarefa, de saber fazê-la qualquer que seja ela como parte da relação de trabalho mesmo nas funções mais pesadas, monótonas ou repetitivas.

Fortemente vivenciada é a comparação com o trabalho “mais limpo” e mais digno dos técnicos que “não trabalha que nem a gente. De ficar sujando as mãos. É diferente... e o salário também é diferente, o mais importante” (ferramenteiro).

Sem querer entrar nos detalhes de uma discussão ainda incipiente na literatura brasileira sobre o prazer e sofrimento no trabalho,¹⁵ detenho-me na fala da valorização porque ela articula a experiência de todos os trabalhadores e não se restringe à tarefa em si, mas à valorização salarial, à carreira, às promoções, às relações de trabalho.

Assim, se para as operárias a possibilidade de um trabalho criativo, qualificado, não se coloca no horizonte fabril, a busca de valorização se concentra no reconhecimento de que “faz bem o seu trabalho”, na valorização através do salário, das relações na empresa, mesmo quando não se colocam possibilidades de carreira. (A situação é diferente em empresas onde há chefias femininas e naquelas onde estas não existem.)

Meu argumento é no sentido de não considerar em termos absolutos que os trabalhadores qualificados experimentam prazer no trabalho, independentemente da relação de trabalho, enquanto os não qualificados e as mulheres são movidos exclusivamente pelas necessidades da sobrevivência cotidiana e rejeitam uma ética coletiva. Para os homens está aceito que a valorização positiva do trabalho não se reduz ao tipo de tarefa executada, mas ao conjunto da relação. Para as operárias, é possível que uma valorização pela qualificação da tarefa executada não se coloque no horizonte. Mesmo assim há uma valorização da tarefa bem executada da atividade, tanto quanto das relações de trabalho. O prazer para as operárias, como observa D. Kergoat, estaria muito mais ligado à atividade enquanto o prazer e o sofrimento dos homens estariam mais imediatamente ligados ao trabalho e à organização do trabalho¹⁶.

Se, para operários e operárias, a possibilidade de um projeto profissional é restrita para os homens e excepcional para as mulheres, as relações interpessoais na fábrica não são vivenciadas de forma neutra, mas fundam e reforçam as noções de justiça e injustiça, dignidade e direitos através das quais trabalhadores e trabalhadoras se colocam como indivíduos e se situam, frequentemente de forma conflituada, frente ao mundo público¹⁷. Em resumo, as vivências individualizadas do trabalho configuram experiências, relações e práticas comuns a partir das quais se coloca a problemática da “submissão e revolta”¹⁸.

Submissão e revolta no trabalho

Os estudos recentes sobre o movimento operário a partir de 1978 em São Paulo dão ênfase ao tema da dignidade na “palavra operária”¹⁹. Trata-se aqui de articular este tema com a vivência do trabalho para tentar esquadrihar o cotidiano na submissão e revolta. Partem de autores que apontam a importância do trabalho humano como um operador essencial tanto da construção social quanto da construção psíquica... como um mediador insubstituível da articulação entre ordem individual e ordem coletiva²⁰ e de Jurandir Freire Costa que, pensando as classes subalternas na sociedade brasileira, chama a atenção para a necessidade premente do trabalho enquanto instrumento de sobrevivência física e social (é bom não esquecer as consequências sociais do estatuto de “desempregado” ou “vagabundo pobre”, como humilhação por parte de burocratas; exposição a brutalidades policiais; estigmatização por parte de parentes etc). Nessa camada social, o trabalho não vale apenas pelo que representa enquanto meio de sobrevivência. Ele possui outro valor, o de assegurar ao sujeito a posse de um predicado que o torna humano como os outros homens²¹.

Assim, o trabalho reconhecido no salário é fundamental para a construção da identidade do trabalhador. Por isso, o trabalhador com 50 anos se envergonha do salário tão baixo para a idade que tem. Enquanto o ferramenteiro observa: “a máquina importa mais que o homem. Se um homem fica doente, simplesmente colocam outro ali e continuam; quando quebra uma máquina, você vê dono de firma, gerente, diretor querendo ver a máquina quebrada. Agora, se um cara corta a mão, simplesmente é mais um que cortou”.

Há permanentemente uma reivindicação de “tratamento humano decente” na vivência do trabalho, o que autores como Barrington Moore analisam como “demanda defensiva”²². Parece-me que, seguindo a análise de Jurandir Freire Costa, na medida em que o trabalho tem tal importância na definição da identidade do trabalhador brasileiro, é vivenciado como uma afirmação da existência individual e da identidade social. A identidade é aqui entendida como tudo aquilo que o sujeito experimenta (sente, interpreta e enuncia) como sendo *eu*, por oposição àquilo que experimenta como *não eu* (aquilo que é meu, aquilo que é outro, aquilo que é do outro)²³. Nesse sentido, a reivindicação de tratamento humano no trabalho seria, como propõe Heloísa Fernandes, nem demanda defensiva nem apenas negação do imaginário capitalista. É, ao mesmo tempo, apenas uma afirmação de um possível²⁴. Ou seja uma afirmação de identidade e direitos, de uma outra relação de trabalho.

A visão dos trabalhadores é complexa e ambivalente. O mesmo ferramenteiro que observou o descaso com o homem frente à importância da máquina, acrescenta em outro contexto: “Aqueles que vão conseguir alguma coisa aqui dentro é muito pouco. É pouquíssimo. O resto é só pra trabalhar mesmo. É uma escravidão. É desumano... já olhou daqui de cima?... parece umas formiguinhas”.

Em contrapartida, esse trabalhador sente-se valorizado quando o dono da empresa vem felicitá-lo pelo nascimento do filho – ou seja, o momento em que ele é reconhecido como pessoa.

A submissão está construída através de uma malha de relações em que os trabalhadores vivenciam a precariedade e a ilegitimidade. Esse trabalho que torna humano é precário e o trabalhador se sente constantemente ameaçado. As falas remetem a essas ameaças sempre presentes: a rotatividade nos anos 1970, a crise nos anos 1980, a possibilidade de a empresa “fracassar”, os licenciamentos arbitrários, o “fácio”.

A precariedade na relação de trabalho se reforça também pela “falta de estudo”, vivida como uma limitação que a situação de pesquisa faz aflorar particularmente²⁵. “Eu não vou saber falar com ela porque eu não sei falar, eu não tenho estudo.”

Nesse universo cultural, para as mulheres, o trabalho assalariado não é um predicado que as torne humanas. *Antes é a maternidade que possui uma dimensão mais importante*. Isso não exclui as mulheres da valorização da atividade na fábrica. Se qualificação e carreira não fazem parte de seu universo possível, o trabalho guarda uma importância enquanto ruptura da privatização, possibilidade de sair de casa. Mas se a descontinuidade na carreira para aquelas que são casadas e/ou têm filhos está sempre no horizonte do possível, o medo do desemprego também existe. A interrogação que se coloca remete às mudanças nas trajetórias profissionais femininas. As pesquisas indicam a importância da qualificação na definição das trajetórias operárias femininas. Por outro lado, a emergência de uma geração de mulheres com uma prática de trabalho regular, vivendo um processo de integração à cultura urbana e mudanças nos padrões educacionais (maior escolaridade) permitem formular a hipótese de metamorfoses na subjetividade das mulheres trabalhadoras no sentido de uma integração do trabalho assalariado e mesmo do trabalho fabril como elemento que define sua identidade de mulheres²⁶.

A ambivalência na aceitação e valorização do trabalho fabril, com suas violências, está presente não só nos conflitos abertos, nas greves, mas nas formas do conflito invisível que existem para homens e particularmente para mulheres.

O conflito aparece através da raiva, dos nervos, da recusa em pensar: “A vida pra gente que é pobre é difícil demais, tão difícil que eu não gosto de pensar nela, por isso eu ligo o rádio, eu prefiro dormir”.

As mulheres, se são consideradas mais dóceis são também consideradas mais nervosas, mais raivosas no seu silêncio, reclamam muito: “Às vezes acontece coisa assim que a gente fica enjoada da firma, fica com raiva da firma. Não com raiva da firma, raiva do ambiente que a gente tá trabalhando”.

A fala sobre os nervos às vezes se transforma em “doença dos nervos”, tema dos trabalhos de Freire Costa, que retoma a hipótese de que “os sentimentos de fracasso, exploração e insegurança sociais convertem-se em problemas psiquiátricos e sua gênese é atribuída a ‘doença de nervos’”²⁷.

Na fala das mulheres, o nervosismo tem origem nos conflitos com as chefias, nos horários, no ritmo acelerado, nos problemas familiares: as situações em que o marido está desempregado ou frequenta bares ou não trabalha regularmente. Excepcionalmente aparecem relações entre os “nervos” e a violência familiar, insinuadas por um(a) ou outro(a), mas significativamente mencionadas por homens e mulheres.

Entre os homens, as referências aos “nervos” se relacionam aos conflitos no trabalho, ao ritmo, às exigências, às humilhações. É preciso ficar calmo, diz um médico para Bento, um ferramenteiro que quer curar a gagueira. A resposta do ferramenteiro é: “Se mudasse o mundo talvez eu até ficasse calmo”. A inconformidade é privatizada, cada trabalhador tem um mecanismo de vivenciar a submissão/revolta no tempo do cotidiano. Por isso mesmo, os momentos de ruptura, como as greves, têm a capacidade de recuperar vivência em práticas coletivas. Mas no cotidiano as formas da submissão e revolta são mudas ou inexplicáveis, como a raiva da trabalhadora contra a firma, o nervoso e a gagueira do ferramenteiro, as lágrimas de um velho camponês transformado em pensista.

Nesse universo fragmentado do cotidiano, as formas da gestão reforçam as clivagens através das qualificações das diferenças salariais entre mais antigos e mais novos, entre mulheres e homens, entre postos e seções. As divisões vividas no cotidiano são silenciadas enquanto problema do grupo trabalhador, mas são vividas como injustiças na fala dos trabalhadores e trabalhadoras. Diz Maria, montadora: “Teve uma época aí, entrou mais quatro meninas comigo. Aí o chefe pegou e deu aumento pra uma só... Até hoje ela tá ganhando mais que a gente. Sabe por que a turma diz que ela está ganhando mais aumento? Porque ela tinha mania de trabalhar com a cabeça abaixadinha e não conversar”.

Se para homens e mulheres, as divisões remetem frequentemente às relações pessoais, para as trabalhadoras, as relações com as chefias masculinas são permeadas pelas rivalidades, formas de sedução. Nisso reside uma outra clivagem: a geracional. As mais velhas lutam para alcançar um reconhecimento por seu tempo de firma, enquanto as mais jovens lutam para agradar.

A *privatização e divisão* são quebradas por *solidariedades de grupo* (existem visivelmente solidariedades regionais e religiosas no universo fabril). Mas o imaginário de trabalhadoras e trabalhadores tem alguns pontos de referência coletivos, ainda que não homogêneos: o sindicato, as greves. Aqui novamente os contextos são fundamentais para compreender as diferenças entre os grupos operários. Os estudos de caso mostram as diferenças entre as trabalhadoras e trabalhadores de empresas grandes, em áreas altamente concentradas, onde há tradição de lutas e de presença sindical, diante de empresas de pequeno ou médio porte, com gestão familiar, disseminadas em vários bairros. Assim, os limites das práticas sindicais no interior das fábricas reforçam a privatização das relações de trabalho. Frequentemente a imagem de que o sindicato vem lá de fora se associa à imagem da greve como ação externa. O contexto é bem diverso nas empresas onde existe uma referência coletiva interna²⁸. Mesmo assim, os estudos de caso apontam para algumas referências coletivas que podem servir de ponto de partida para o desenvolvimento de ações coletivas: “Eu acho que os metalúrgicos do ABC é que mudou todo o país a partir de 1979, que deu o grito, né. Eles que mudaram muita coisa. Muito que mudou deve-se a eles e depois a nós. Porque nós já foi a partir de 1979 que houve um movimento aqui”.

A memória das lutas de 1978 e 1979 é o ponto de referência mais constante. Desde esse momento o tema de uma cidadania dos trabalhadores, perseguido na Primeira República, ou da “cidadania regulada” da República Nova emerge a partir de outros *lugares*, como observa Maroni: da fábrica e do trabalho cotidiano, do confronto com a hierarquia, do reconhecimento do trabalho. Por isso, se a demanda salarial é a reivindicação principal, restringir a significação da greve às tipologias de greves econômicas ou políticas elude a questão principal que se coloca a partir de 1978²⁹.

As lutas desenvolvidas a partir de 1978 não se constituem como lutas isoladas, mas como uma experiência coletiva que articulou vivências privatizadas. Significativamente, o fio condutor desta experiência está na representação da *dignidade* reivindicada nas várias falas e analisada por L. Abramo. A formulação da dignidade remete à importância

da identidade trabalhadora apontada por Freire Costa, a reivindicação de “humanidade” pelo trabalho. O discurso sindical retoma constantemente esta formulação: “Nós, pelo fato de sermos humildes, não perdemos a nossa dignidade. E assim não podemos vender nossa vida e nossa saúde. É preciso que cada fábrica forme uma corrente que impeça os abusos das chefias e dos patrões, que não deixe o operário humilhado. Que ninguém fique sozinho sem testemunhas para defender seus direitos na Justiça do Trabalho. É preciso não se calar diante das injustiças e informar as autoridades e o sindicato das irregularidades”³⁰.

Assim, aquilo que foi submissão torna-se revolta, a ação coletiva integra as humilhações e divisões privadas, um novo sentido é construído através da noção de *direitos*. O movimento que faz emergir a ação coletiva é tecido pelas demandas “defensivas” ligadas pelo fio condutor da dignidade. Através delas as trabalhadoras e trabalhadores afirmam (ou sonham) um outro mundo possível.

Mas até aqui o movimento, as práticas coletivas como ruptura da privatização cotidiana e emergência da revolta, está pensado de forma neutra e assexuada, conforme os paradigmas tradicionais na literatura brasileira sobre greves e práticas sindicais.

No entanto, os estudos citados sobre trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores frente à crise dos anos 1980, assim como as pesquisas sobre divisão sexual do trabalho, têm analisado as singularidades da experiência operária feminina³¹.

Por outro lado, se como foi insistentemente apontado, mudanças quantitativas e qualitativas só significaram um considerável aumento do emprego industrial feminino, cristalizando formas clássicas da divisão sexual do trabalho, as interrogações sobre o lugar das trabalhadoras fabris nas práticas coletivas de trabalhadores a partir dos anos 1970 seriam pertinentes³².

O lugar das trabalhadoras fabris nas “lutas ilusórias” da Primeira República³³ foi marcado pela ambivalência entre o reconhecimento de sua condição de trabalhadoras e a subordinação às representações da “fragilidade”, da maternidade. A “cidadania regulada” das trabalhadoras na República Nova se restringiu ao protecionismo na legislação trabalhista. Desde 1978, data do I Congresso das Trabalhadoras Metalúrgicas de São Bernardo do Campo e Diadema,³⁴ a emergência da “questão da mulher trabalhadora” reintroduz as demandas clássicas em torno das contradições do trabalho noturno, da qualificação, do “salário igual para trabalho igual”, das creches, da licença maternidade, da violência sexual nas relações de trabalho, das formas de discriminação

no mercado de trabalho e na gestão. Envolvida nessas “demandas defensivas”, está a reivindicação de um tratamento humano decente que, conforme o argumento desenvolvido neste trabalho, é particularmente importante para os trabalhadores, uma vez que sua humanidade está associada à condição de trabalhadores. Cabe então a questão: pode-se falar de uma identidade das trabalhadoras?

Essa seria apenas uma primeira interrogação a ser complementada pelo questionamento que fazem alguns autores da utilização do conceito de identidade para a análise das trabalhadoras, uma vez que entre as mulheres ocorre uma autodesvalorização enquanto sexo, ainda mais complexa que a autodesvalorização enquanto operária, porque se funda numa não autoidentificação enquanto mulheres, enquanto grupo sexual. A consequência disso seria a dificuldade em ter posturas defensivas comuns que desemboquem em práticas coletivas.³⁵ Em outro texto³⁶ estudei as representações de trabalhadoras sobre si próprias e suas falas sobre “as mulheres”. Em particular me detive em quatro aspectos da fala de D. Luzia, operadora de tornos:

1. Seu orgulho de ser “competente” na tarefa que realizava;
2. A autovalorização por ter sobrevivido e criado os filhos mesmo sem o auxílio do marido;
3. A valorização das mulheres que trabalham fora e conhecem o mundo em oposição àquelas que permanecem “jogadas” em casa;
4. Sua reflexão sobre as mulheres como “uma peça fina”, que os homens têm que aprender a tratar e ao mesmo tempo sua ideia de “destino” das mulheres.

A análise das práticas de trabalho de D. Luzia e suas companheiras coincide com as observações de D. Kergoat ao apontar que as *clivagens entre subgrupos são menos acentuadas entre as mulheres, mesmo porque há uma igualdade de tarefas exercidas e postos ocupados*. Essa igualdade provoca um questionamento permanente das hierarquias, das exceções, que se manifesta nas reclamações e, sobretudo, na quase unânime não aceitação *das chefias femininas*. As clivagens são “pessoais”, no sentido que remetem às rivalidades e às injustiças vivenciadas através das desigualdades salariais que não correspondem a funções diferentes, mas a preferências das chefias, como aponta o depoimento de Maria.

Mas, ao mesmo tempo, existe uma referência permanente à condição comum das mulheres, face aos homens, face aos maridos: “Homem não tem capacidade que a gente tem, porque homem é folgado, ele não

se esforça” (Maria, montadora). A representação das mulheres e dos homens aponta para uma valorização positiva das mulheres, reconhecidas como sérias e responsáveis. Há sim uma crítica também frequente àquelas que se deixam dominar pelos homens, que são dependentes, “um monte”, nas palavras de D. Luzia. A relação e as representações são obviamente ambivalentes agora entre submissão e autonomia, como se cada mulher negasse o imaginário social que a oprime, opondo-lhe a realidade de uma igualdade essencial entre homens e mulheres³⁷.

A emergência dessas significações nas relações entre homens e mulheres não pode ser pensada fora do contexto histórico em que está sendo analisada. As questões levantadas pelos movimentos de mulheres, pelos feminismos, enfim, pelas matrizes discursivas que constituíram o imaginário dos anos 1970 e 1980 no Brasil, estão presentes na fala de D. Luzia ou de Maria quando diz que não quer acompanhar o marido baiano nos seus projetos de voltar para o norte, que o marido não reconhece “que eu ajudei a juntar dinheiro. Ele fala e briga. Ele não reconhece. Aquele tipo de homem que não reconhece? Sabe? Machista, sei lá”.

E na demanda de um tratamento humano decente que as trabalhadoras se integram num coletivo de trabalhadoras e desenvolvem práticas coletivas. Mas a vigência mesma da “questão da mulher trabalhadora” indica a heterogeneidade destes coletivos, e das relações de trabalho. Permanece a interrogação sobre a relação das trabalhadoras com o trabalho fabril – se exclusivamente uma relação de necessidade cuja significação guardaria uma exterioridade face à autorrepresentação das trabalhadoras; ou uma relação atravessada por significações que remetem ao próprio contexto em que estão sendo vivenciadas. Nesse sentido, as demandas de melhores condições de vida e trabalho das trabalhadoras são resultados de revoltas, mesmo se “invisíveis”, apontam para um “salto de universo”, a afirmação de uma outra possibilidade de existência, a abertura para uma virtualidade que, ao mesmo tempo, busca resgatar promessas não realizadas do passado³⁸.

Como conclusão resta retomar o fio condutor deste texto: as formas sexuadas da relação entre submissão e revolta, vivências e experiências coletivas de trabalhadores e trabalhadoras estão permeadas por um tema articulador, o lugar dos trabalhadores e trabalhadoras no imaginário social brasileiro colocado a partir de relações heterogêneas e demandas diversificadas frente ao trabalho e às condições de vida.

“Já olhou de cima? parece umas formiguinhas... que eles fala: Você tem que passar aqui, e fica todo mundo passando no mesmo caminho, dias e dias, dias e dias, anos e anos, sem ver nada na frente. E não vão

ver nada. Infelizmente não vai. Não vão ter chance. A não ser que o país muda muito, o povo tem que mudar muito. Os patrões têm que mudar muito” (Bento, ferramenteiro).

Notas

1. Ver Pinheiro, P. S. e Hall, Michael. *A classe operária no Brasil*. Introdução, vol. II, São Paulo. Brasiliense, FUNCAMP, 1981; Paoli, M. C., Bader, E. Silva Telles, “Pensando a classe operária – os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História* 6; Fausto, Boris, “Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)”, *Novos Estudos CEBRAP* 20.
2. Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
3. Touraine, A. *Le mouvement ouvrier*. Paris, Fayard, 1984, p. 19.
4. Perrot, M. *Les ouvriers en greve – France 1871-1890*. Paris, Mouton, L I, p. 57.
5. Castro Gomes, A. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, IUPERJ-Vértice, 1988; Morel, R., *A ferro e fogo. Construção e crise da família siderúrgica. O caso de Volta Redonda (1941-1968)*, Tese de Doutorado em Sociologia, Depto. de Sociologia-FFLCH-USP, 1989; Paoli M. C., “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempos, espaço e classe na história operária brasileira”, in Leite Lopes (org.), *Cultura & Identidade operária*. Rio de Janeiro, Marco Zero-UFRJ, 1987.
6. Ginsburg, C. *O queijo e os vermes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
7. Garcia, M. A. “A (auto)construção do movimento operário. Notas para discussão”, *Desvios* 1, nov. 1982, pp. 19-27.
8. Perrot, M., *op. cit.*
9. Martins Rodrigues, L. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo Brasiliense, 1970.
10. Martins Rodrigues, L. *op. cit.*; Humphrey, J. *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística*. Petrópolis, Vozes, 1982; Rainho, L. F., *Os peões do grande ABC*. Petrópolis, Vozes, 1980.
11. A fábrica B., situada num bairro industrial de São Paulo, é uma empresa de porte médio, pertencendo a duas famílias de origem italiana. No momento da pesquisa (1986-7), a fábrica empregava aproximadamente 700 empregados, dos quais 20% eram mulheres. A empresa familiar se desenvolvera com o milagre econômico dos anos 1970, atravessara uma crise no início dos anos 1980 e se beneficiava naquele momento de uma nova expansão. A produção da

- fábrica era voltada para autopeças destinadas a algumas das principais montadoras da indústria automobilística.
12. Cabanes, R. "Sexe et Travail industriel: étude d'itinéraires professionnels", XI Encontro Anual da ANPOCS. GT "Processo de trabalho e reivindicações sociais", Aguas de São Pedro, 1987.
 13. Cf. Hirata, H. Humphrey, J. "Familles ouvrières face à la crise", *Les Temps Modernes*, 491, junho de 1987.
 14. Arendt, Hannah. *Rachel Varnhagen — la vie d'une juive allemande à l'époque du romantisme*. Paris, Tiercé, 1907. Essa questão é desenvolvida por Riot-Sarcey, M. e Varikas, E. "Reflexions sur la notion d'exceptionnalité", in *Cahiers du Grif Le Genre de l'Histoire*, 37-38, Paris, Printemps, 1988, pp. 77-89.
 15. Hirata, H. e Kergoat, D. "Rapport sociaux de sexe et psychopathologie du travail", in Dejours, C. *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris. AOCIP 1988, p. 157.
 16. *Idem*.
 17. Fernandes, H. "Submissão e revolta, uma reflexão sociológica", in *Ciência e Cultura* 39 (10), 1987, pp. 913-4.
 18. Souza-Lobo, E. "Experiências de mulheres. Destinos de gênero" in *Tempo Social*, 1 (1), São Paulo. 1989.
 19. Castro Gomes, A, *op. cit.*, p. 16.
 20. Freire Costa, J. "A consciência da doença enquanto consciência do sintoma: a doença dos nervos e a identidade psicológica", *Cad. IMIS*, 1(1), Rio de Janeiro, 1987, pp 4-44.
 21. *Idem*, pp. 8-9.
 22. Barrington, Moore. *Injustiça*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
 23. Freire Costa, J., *op. cit.*, p. 25.
 24. Fernandes, H. "Submissão e revolta, uma reflexão sociológica", in *Ciência e Cultura* 39 (10), 1987, pp. 910-4.
 25. Martins Rodrigues, Arakcy. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978.
 26. Hirata, H. e Humphrey, J., *op. cit.*; DESEP/CUT – Trabalho Feminino: Elas vieram para ficar, *Debate Sindical* 10, maio de 1989.
 27. Freire Costa, *op. cit.*, pp. 9-10.
 28. Rodrigues, I. "O Ressurgimento das comissões de empresas no Brasil pós 78". Rio de Janeiro, Proposta; *Experiências em Educação Popular*, 40, março de 1989, pp. 13-18.
 29. Maroni, A. *A estratégia da recusa*, São Paulo, Brasiliense, 1982 e Abramo, L., "O resgate da dignidade", Dissertação de Mestrado, Depto. de C. Sociais, FFLCH – USP, 1986.

30. *Tribuna Metalúrgica* 1, março/abril de 1988. Citado por Abramo, L., p. 152.
31. Humphrey e Hirata., *op. cit.*; *idem*, "Crise économique et emploi des femmes: une étude de cas dans l'industrie brésilienne". *Sociologie du Travail*, 3; 1984.
32. Souza-Lobo, E. *et alli*. "A prática invisível das operárias", in *Kartchevsky et al, O sexo do trabalho*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
33. Pena, M. V. "Lutas ilusórias: as mulheres na política operária da Primeira República", V Encontro Anual da ANPOCS, Friburgo, 1981.
34. Souza-Lobo *et alli. op. cit.*
35. Hirata, H. e Kergoat, D., *op. cit.*, pp. 154-6.
36. Souza-Lobo, E. "Experiências de mulheres. Destinos de gênero", *idem*.
37. Fernandes, H., *op. cit.*, p. 913.
38. *Idem*, p. 913.